AMOSTRA SINGERA SINGER

ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA

TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA ADMINISTRATIVA



-

OPA, CONCURSEIRO

Sejar muito bem - vindol OMEMORIZAAI VEIO PARAREVOLUCIONAR SUA FORMADE APRENDER

Se você:

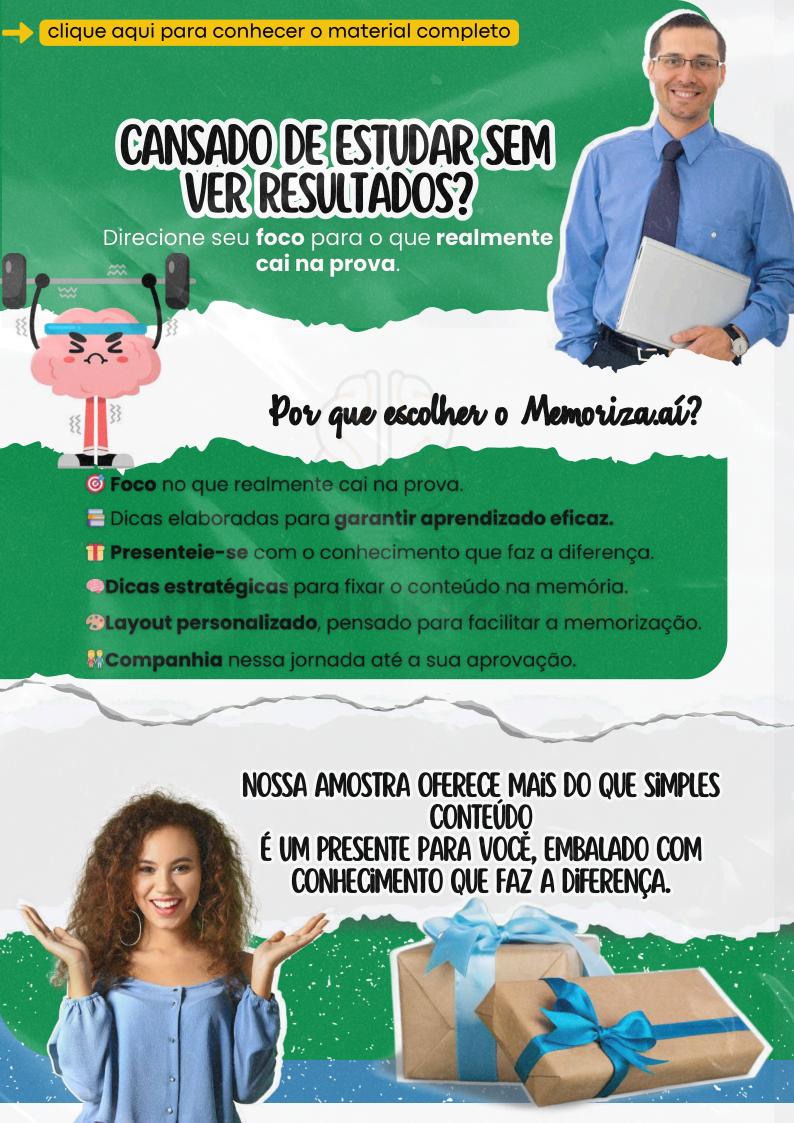
- Precisa economizar tempo nos estudos;
- Busca potencializar a memorização;
- Quer transformar seus estudos em um processo eficiente.



- Então, nosso guia de estudos exclusivamente dedicado ao concurso do **Tribunal Regional Federa**l é perfeito para você!
- Você já enfrentou a frustração de estudar horas a fio e, na hora da prova, esquecer tudo? Isso não precisa mais acontecer!
- Explore dicas estratégicas elaboradas para fixar o conteúdo de forma sólida em sua memória, tornandose um candidato mais preparado e confiante.



seus dias de concurseiro estão contados!



SUMÁRIO

DICA 01: ENCONTROS VOCÁLICOS

DICA 02: EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

DICA 03: HIPÔNIMOS

DICA 04: TIPOLOGIA TEXTUAL

DICA 05: CONCORDÂNCIA VERBAL

DICA 06: EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

DICA 07: PORCENTAGEM

DICA 08: REGRA DE TRÊS SIMPLES

DICA 09: JUROS SIMPLES

DICA 10: ANÁLISE COMBINATÓRIA - PERMUTAÇÕES

DICA 11: IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

DICA 12: PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

DICA 13: CAPACIDADE CIVIL PLENA

DICA 14: DIREITO DE HERANÇA

DICA 15: PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

DICA 16: TRIBUNAL DO JÚRI - PARTE I

DICA 17: ABUSO DE PODER

DICA 18: ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO

DICA 19: INDICADORES DE GESTÃO

DICA 20: COMUNICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

DICA 21: APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO

DICA 22: PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL

DICA 23: PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

DICA 24: JURISDIÇÃO X COMPETÊNCIA



LÍNGUA PORTUGUESA



ENCONTROS VOCÁLICOS



ENCONTROS VOCÁLICOS

Encontros vocálicos ocorrem quando duas ou mais vogais aparecem juntas em uma palavra. Pode ser uma sequência de vogais dentro da mesma sílaba ou em sílabas diferentes.

Exemplos de encontros vocálicos em sílabas diferentes: "país," "raiz," "saúde."

Exemplos de encontros vocálicos na mesma sílaba: "feio," "lua."

DITONGO

O ditongo é uma sequência de uma vogal seguida ou precedida de uma semivogal (ou vice-versa) na mesma sílaba.

Ditongos podem ser:

Oral: formados por uma vogal e uma semivogal (ou vice-versa), como "pai," "céu."

Nasal: formados por uma vogal oral e uma semivogal nasal (ou vice-versa), como "pão," "mãe."

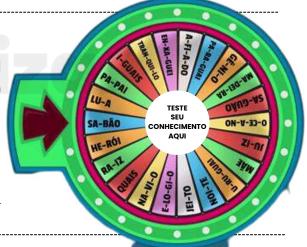
É importante notar que o ditongo **ocorre em única sílaba**.

TRITONGO

O tritongo é uma sequência de uma vogal seguida por duas semivogais (ou vice-versa) na mesma sílaba.

Exemplos de tritongos: "Paraguai", "Uruguai", "feiura".

O tritongo é uma combinação rara na língua portuguesa.



MTATO

O hiato ocorre quando duas vogais aparecem juntas, mas são pronunciadas em sílabas separadas.

Isso geralmente acontece quando **há acento gráfico** (acentos agudos, circunflexos) indicando que as vogais devem ser separadas.

Exemplos de hiato: "saída" (sa-í-da), "poesia" (po-e-si-a), "país" (pa-ís).

O hiato **pode ocorrer tanto em ditongos quanto em tritongos**, quando há necessidade de manter as vogais separadas por razões de pronúncia.





EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS

VERBO

Classe de palavras variável que expressa ação, estado, fenômeno ou processos em geral.

TEMPO VERBAL

Refere-se a **quando a ação ocorre.** Nem sempre corresponde a um tempo cronológico idêntico. Por exemplo, "vou sair" está no presente, mas a ação ocorre no futuro.

MODO VERBAL

Indica a atitude da pessoa que fala em relação ao fato que está sendo enunciado. Os três modos verbais em português são o Indicativo (certeza), o Subjuntivo (dúvida ou hipótese) e o Imperativo (ordem ou sugestão).

Número e pessoa: Indicam qual pessoa do discurso está relacionada ao verbo e se está no singular ou no plural.



- Primeira pessoa: a pessoa que fala (eu, nós).
- Segunda pessoa: a pessoa com quem se fala (tu, vós).
 - Terceira pessoa: a pessoa de quem se fala (ele/ela, eles/elas).

Conjugações verbais: Os verbos em português são classificados em três conjugações:

- 🗸 1ª conjugação: Verbos que terminam em -ar (ex: falar, amar).
- 2ª conjugação: Verbos que terminam em -er (ex: comer, beber).
- 3ª conjugação: Verbos que terminam em -ir (ex: partir, assistir).

LEMBRE-SE!

Quando nos referimos às pessoas do discurso, **não necessariamente estamos** falando de seres humanos; os verbos se flexionam de acordo com o sujeito, que pode ser um ser humano, um objeto, um animal, etc.



HIPÔNIMOS

Hipônimos são palavras que têm um relacionamento de inclusão ou hierarquia com outras palavras. Isso significa que um hipônimo é uma palavra cujo significado está contido no significado de outra palavra mais geral, chamada de hiperônimo. (

Em outras palavras, um hipônimo é uma subcategoria ou subconjunto de um hiperônimo.



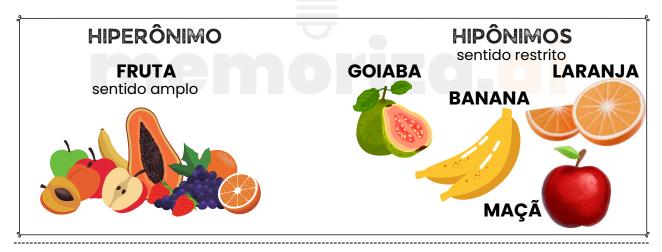
alguns exemplos:



Hiperônimo: Animal - Hipônimos: Cachorro, Gato, Cavalo, Pássaro;



Neste exemplo, "animal" é o hiperônimo que abrange diversas categorias de animais, e "cachorro", "gato", "cavalo" e "pássaro" são hipônimos que representam subcategorias específicas de animais.



Os hipônimos são uma maneira de organizar e classificar palavras com base em seus relacionamentos semânticos e podem ser úteis para entender como as palavras estão relacionadas e como se encaixam em categorias mais amplas.



TIPOLOGIA TEXTUAL

A tipologia textual se refere aos diferentes tipos ou gêneros de texto que possuem características específicas em termos de estrutura, finalidade comunicativa, estilo e linguagem na comunicação escrita ou oral.

exemplos de alguns dos principais tipos de texto:

NARRAÇÃO:

A narração é um tipo de texto em que o autor conta uma história ou descreve uma série de eventos.

Ela tem como objetivo principal entreter ou informar o leitor sobre uma sequência de ações.

• Exemplos: contos, romances, notícias de jornal.

DESCRIÇÃO:

A descrição envolve a representação de objetos, lugares, pessoas ou situações, destacando detalhes visuais, sensoriais e emocionais. O objetivo é criar uma imagem vívida na mente do leitor.

• Exemplos: descrições de paisagens, personagens ou produtos.

ARGUMENTAÇÃO:

Textos de argumentação buscam persuadir o leitor ou ouvinte a aceitar um ponto de vista ou opinião. Eles apresentam argumentos lógicos e evidências para sustentar uma posição.

• Exemplos: ensaios argumentativos, discursos políticos, editoriais.

DISSERTAÇÃO:

A dissertação é um tipo de texto que explora um tópico ou tema de forma mais aprofundada, geralmente usando argumentos e evidências para apresentar um ponto de vista.

• Exemplos: dissertações acadêmicas, ensaios filosóficos.

INJUNTIVO OU INSTRUCIONAL:

Textos injuntivos fornecem instruções ou direções para realizar uma ação específica. Eles são frequentemente encontrados em manuais de instruções, receitas e guias.

• Exemplos: receitas de culinária, manuais de montagem.

LITERÁRIOS:

Os textos literários têm como foco principal a expressão artística e criativa. Eles podem incluir poesia, prosa ficcional e drama.

• Exemplos: poemas, contos, peças de teatro.



CONCORDÂNCIA VERBAL

A regra básica da concordância verbal é que o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito da frase.

É fundamental manter a concordância correta entre o sujeito e o verbo para garantir a clareza e a correção gramatical da comunicação escrita em português.

Vamos recordar a ordem direta das frases?



Sujeito + verbo + complementos + adjuntos





Quando a ordem direta for alterada, como em frases mais complexas ou com elementos deslocados, pode ser mais desafiador identificar o sujeito e o verbo. No entanto, a dica é marcar o verbo e, em seguida, localizar o sujeito é um bom método para evitar erros de concordância.

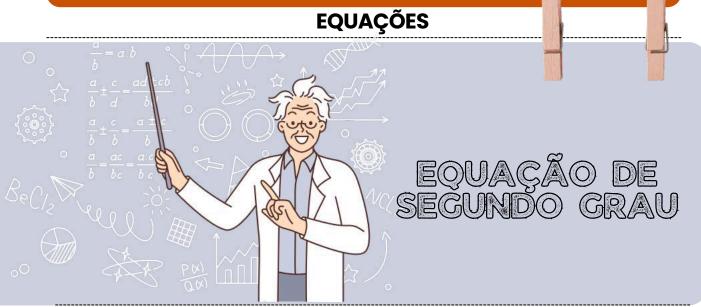


A compreensão do tipo de sujeito em uma frase ajuda na correta concordância verbal, pois o verbo deve concordar em número e pessoa com o sujeito da frase.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LOGICO E QUANTITATIVO







EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Uma equação de segundo grau é uma equação algébrica que pode ser escrita na forma geral:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

- Onde: x é a variável (a incógnita que estamos tentando encontrar).
- a, b, e c são coeficientes constantes, com a sendo diferente de zero.

A solução de uma equação de segundo grau pode envolver até duas soluções diferentes para a variável x. Essas soluções podem ser números reais ou números complexos, dependendo do valor do discriminante (Δ), que é dado por:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

- Se Δ>0, a equação possui duas soluções distintas e reais para x.
- Se Δ=0, a equação possui uma única solução real para x.
- Se Δ<0, a equação possui duas soluções complexas (não reais) para x.

Para encontrar as soluções de uma equação de segundo grau, você pode usar a fórmula quadrática, que é:

$$X = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

- Onde: ± indica que existem duas soluções, uma com o sinal positivo e outra com o sinal negativo.
- √∆ é a raiz quadrada do discriminante.

Por exemplo, para resolver a equação x2-4x+3=0x2-4x+3=0, você pode calcular o discriminante primeiro:

$\Delta = (-4)2 - 4 \cdot 1 \cdot 3 = 16 - 12 = 4$

Como $\Delta>0$, a equação possui duas soluções reais. Você pode usar a fórmula quadrática para encontrar essas soluções: $x=\frac{-(-4)\pm\sqrt{4}}{2\cdot 1}=\frac{4\pm 2}{2}=2\pm 1$

Portanto, as soluções são x=3 e x=1.



MATEMÁTICA BÁSICA

A porcentagem é uma maneira comum de expressar uma proporção ou fração em relação a 100.

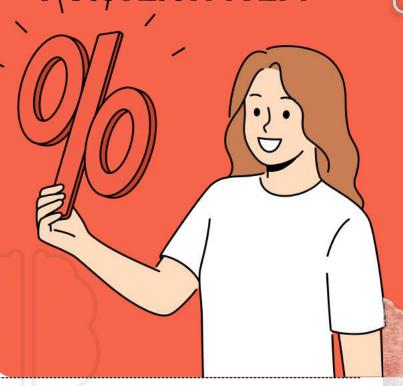
O símbolo de porcentagem (%) é usado para representar uma quantidade como uma fração de 100. Por exemplo, 25% significa "25 em cada 100."

LEMBRE-SE!

50 % é a **metade** de qualquer valor!



PORCENTAGEM



TAXA PERCENTUAL

$$\frac{1}{100}$$
 = 0,01 = 1% $\frac{23}{100}$ = 0,23 = 23% $\frac{25}{100}$ = 0,25 = 25%

COMO FAZEMOS ESSE CÁLCULO?

 $32 \% DE 200 = \frac{32}{100} .200 \longrightarrow 6400 / 100 = 64$

PORCENTAGEM DE AUMENTO E DESCONTO

Aumento 20% de R\$ 500,00

500 = 100% 100% + 20% = 120% = 1,2 1,2 X 500 = **R\$ 600,00**



Desconto 20% de R\$ 500,00

500 = 100% 100% - 20% = 80% = 0,8 0,8 X 500 = **R\$ 400,00**



MATEMÁTICA BÁSICA

A regra de três simples é uma técnica matemática usada para encontrar um valor desconhecido com base em uma proporção conhecida.

Ela é frequentemente usada para resolver problemas que envolvem proporções diretas ou inversas entre duas grandezas.



REGRA DE TRÊS SIMPLES DIRETAMENTE PROPORCIONAL:

Nesse caso, **duas grandezas estão diretamente relacionadas**, o que significa que, **à medida que uma aumenta, a outra também aumenta,** e vice-versa.

Se 5 metros de tecido custam \$10, quanto custarão 8 metros desse mesmo tecido?

COMO FAZEMOS ESSE CÁLCULO?

- A e B são grandezas diretamente proporcionais.
- C e D são valores correspondentes a essas grandezas.

 $\begin{array}{c} A \\ \searrow \\ 5 \end{array}$

Agora, multiplicamos ambos os lados:

A5 = 80

A = 80/5

A=16,00

REGRA DE TRÊS SIMPLES INVERSAMENTE PROPORCIONAL:

Nesse caso, duas grandezas estão inversamente relacionadas, o que significa que, à medida que uma aumenta, a outra diminui, e vice-versa.

Para realizar um determinado serviço, uma gráfica demora 9 dias, utilizando 5 máquinas, todas com a mesma capacidade de produção. Com apenas 3 dessas máquinas, o número de dias necessários para realizar esse mesmo serviço será

COMO FAZEMOS ESSE CÁLCULO?

 $A \times B = C \times D$

- A e B são grandezas inversamente proporcionais.
- C e D são valores correspondentes a essas grandezas.

Agora, multiplicamos em linha reta:

9x5 = 45

C = 45/3

C= **15**





JUROS SIMPLES

No cálculo de juros simples, a porcentagem do juro é calculada sempre sobre o valor principal emprestado (ou investido) durante um determinado período de tempo.



Os juros simples são chamados "simples" porque a porcentagem de juros é aplicada apenas ao valor principal, e essa porcentagem permanece constante ao longo do tempo.

A FÓRMULA PARA CALCULAR JUROS SIMPLES É:

J=P·r·t

Onde:

- J é o montante dos juros.
- P é o valor principal (ou o valor inicial emprestado ou investido).
- r é a taxa de juros por período, geralmente expressa como uma fração ou decimal.
- t é o tempo em que o dinheiro é emprestado ou investido, geralmente em anos.

EXEMPLO DE JUROS SIMPLES:

Suponha que você empreste R\$ 1.000 a uma taxa de juros simples de 5% ao ano durante 3 anos. O cálculo dos juros simples pode ser feito da seguinte forma:

 $J=P \cdot r \cdot t$

Onde:

- Péovalor principal (R\$ 1.000).
- r é a taxa de juros por período (5% ou 0,05).
- t é o tempo em anos (3 anos).

Substituindo os valores na fórmula:

 $J=1.000 \cdot 0,05 \cdot 3$

J=150

Portanto, os juros simples neste caso seriam de **R\$ 150**.



ANÁLISE COMBINATÓRIA IV



PERMUTAÇÕES

O problema das permutações é uma parte importante da Análise Combinatória e envolve o cálculo do número de anagramas ou rearranjos possíveis de uma palavra ou conjunto de elementos.

O QUE ISSO SIGNIFICA?



A permutação de uma palavra envolve todas as maneiras possíveis de rearranjar suas letras, de forma que cada rearranjo seja considerado um anagrama válido.

Por exemplo, considere a palavra "ABC".

Algumas das permutações possíveis incluem:

- ABC
- ACB
- BAC
- BCA
- CAB
- CBA

O número total de permutações de uma palavra de **n letras é dado por !n! (fatorial de n), onde !n!** representa o produto de todos os números inteiros de 1 a n.

Portanto, no exemplo acima, como a palavra tem 3 letras, existem 3!=6 permutações possíveis.

Menção

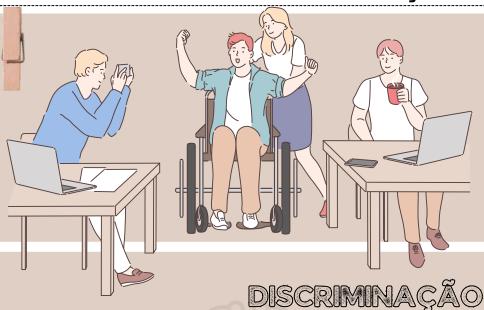
• O número fatorial !n! **representa o produto de todos os números naturais de 1 a n**. Isso pode ser expresso matematicamente como **(n-1)** · **(n-2)** · ... · **2** · **1.** *Por exemplo, 5!=5* · *4* · *3* · *2* · *1=120.*

• Um número fatorial contém todos os fatoriais de números naturais anteriores a ele. *Por exemplo, 5!=5 · 4!5!=5 · 4!*, o que significa que 5!5! inclui 4!4! como parte de seu cálculo. Da mesma forma, 4!4! inclui 3!3!, e assim por diante.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA



IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO





A discriminação em razão da deficiência se refere a qualquer forma de tratamento desigual ou preconceituoso que as pessoas com deficiência possam enfrentar com base em sua condição de deficiência.



Isso inclui qualquer ação ou omissão que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades das pessoas com deficiência.

Essa discriminação pode assumir várias formas, incluindo:



EXCLUSÃO SOCIAL

Negar a participação de pessoas com deficiência em atividades sociais, culturais, educacionais ou de lazer.

ACESSO NEGADO Negar o acesso de pessoas com deficiência a edifícios públicos, transporte, serviços de saúde, emprego, educação ou qualquer outra área da vida social.



TRATAMENTO DESIGUAL

Tratar pessoas com deficiência de maneira diferente ou inferior em comparação com outras pessoas em situações semelhantes.

ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITOS

Basear decisões ou tratamento em estereótipos ou preconceitos sobre pessoas com deficiência.

BULLYING E ASSÉDIO



FALTA DE ACOMODAÇÕES

RAZOÁVEIS Não fornecer ajustes razoáveis ou adaptações necessárias para que as pessoas com deficiência possam participar plenamente da sociedade.

Submeter pessoas com deficiência a assédio, zombarias ou abuso verbal ou físico devido à sua condição de deficiência.



NEGLIGÊNCIA MÉDICA

Negar tratamento médico adequado ou cuidados de saúde devido à deficiência.



PRINCÍPIO DO DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA III



PROTEÇÃO INTEGRAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

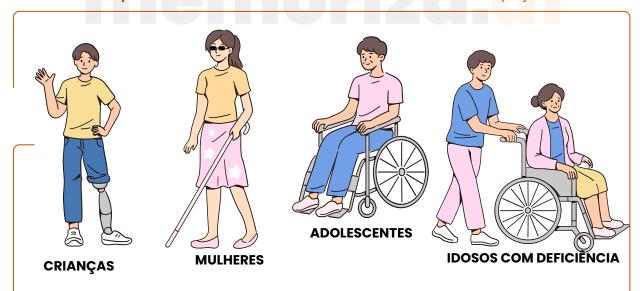


O Estatuto da Pessoa com Deficiência visa assegurar a proteção integral das pessoas com deficiência contra todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.



Isso significa que a lei estabelece que nenhuma pessoa com deficiência deve ser submetida a qualquer forma de tratamento injusto, abusivo ou degradante.

Além disso, o parágrafo único enfatiza que **certos grupos de pessoas com deficiência são considerados especialmente vulneráveis** a essas formas de tratamento prejudicial.



A proteção especial a esses grupos **reconhece que eles podem estar em maior risco de abuso, negligência ou discriminação** e reforça a importância de garantir sua segurança e bem-estar.



PRINCÍPIO DO DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA IV



CAPACIDADE CIVIL PLENA



O artigo 6° do Estatuto da Pessoa com Deficiência é fundamental para estabelecer que a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa com deficiência.



Isso significa que, apesar de ter uma deficiência, a pessoa tem direito a todas as capacidades e direitos civis.

Isso significa que a pessoa com deficiência não pode ser excluída desses processos com base na deficiência.



O direito de **casar-se** e constituir união estável.



O direito de
conservar sua
fertilidade, e é
proibida
qualquer forma
de esterilização
compulsória.



direito de **guarda, tutela, curatela e adoção,**independentemen
te da posição de
adotante ou
adotando.

Igualdade no



Pessoas com
deficiência têm
direito à **convivência familiar e comunitária** sem
discriminação, de
acordo com o direito
à família.



planejamento familiar.

O direito de **exercer direitos sexuais e reprodutivos**, o que inclui
o direito de tomar
decisões sobre sua vida
sexual e reprodutiva.



DREITO CONSTITUCIONAL



você sabia?

A Constituição Federal de 1988 elevou o direito de herança pela primeira vez à condição de norma constitucional. Antes da Constituição atual, ele só era tratado por leis infraconstitucionais.



DICA 14

DIREITO DE HERANÇA

XXX - é garantido o direito de herança;

XXXI - a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus";

Previsão constitucional: Art. 5°, XXX e XXXI, CF.



curiosidade!

Q "de cujos"

X

é um termo jurídico que define o falecido, o autor da herança.

Como é possível notar pelo inciso XXXI, para proteger ainda mais esse direito, a Constituição assegurou que:

Em caso de **bens de estrangeiros localizados no País**, seria aplicada a norma sucessória que mais beneficiasse os brasileiros sucessores.



Dessa forma, nem sempre a lei brasileira será aplicada à sucessão de bens de estrangeiros localizados no País.



Se a lei estrangeira for mais favorável aos sucessores brasileiros, ela será aplicada.



PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a irretroatividade das leis.

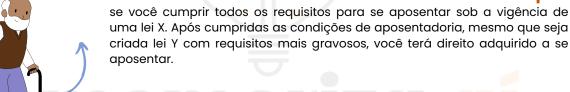
LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, desde que beneficiem os indivíduos, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

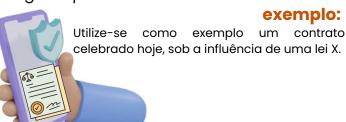
definição dos conceitos

O **direito adquirido:** aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.

exemplo:



O **ato jurídico perfeito:** aq<mark>uele que</mark> reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.









TRIBUNAL DO JÚRI - PARTE I

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

XXXVIII - é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

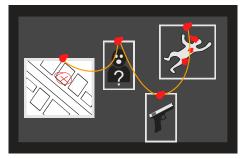
- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

Previsão constitucional: Art. 5°, XXXVIII, CF.



O presente inciso trata do júri, uma instituição criada para a sociedade participe de forma efetiva do julgamento de cidadãos acusados de alguns crimes específicos.

Em suma, esse inciso reconhece o júri como a **única instância do sistema jurídico** brasileiro que pode julgar os chamados crimes dolosos contra a vida, ou seja, aqueles cometidos intencionalmente e que, de alguma forma, atingem o direito à vida.



São exemplos de crimes dolosos contra a vida: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio e aborto.

DIREITO ADMINISTRATIVO



ABUSO DE PODER

O abuso de poder é uma ação que vai além das prerrogativas e dos limites da autoridade conferida a uma pessoa dentro do contexto da administração pública.



No entanto, é importante destacar que a mera divergência em relação a uma decisão ou alegação de abuso de poder não é suficiente para caracterizar esse fenômeno. Para que seja considerado abuso de poder, é necessário que haja uma clara violação das normas legais e éticas que regulam a atuação da administração pública.

Em muitos sistemas legais, existem mecanismos e recursos para responsabilizar e corrigir casos de abuso de poder, visando garantir que a autoridade seja exercida de maneira justa, transparente e respeitosa com os direitos dos indivíduos.

O abuso é um gênero que comporta duas espécies

EXCESSO DE PODER

Ocorre quando uma autoridade excede os limites ou as prerrogativas legais que lhe foram conferidos. Isso significa que a autoridade está tomando ações que vão além do escopo de sua competência legal, podendo agir de maneira mais ampla ou restritiva do que o permitido.

DESVIO DE PODER

Acontece quando uma autoridade utiliza seus poderes para um fim diferente daquele para o qual esses poderes foram originalmente concedidos. Isso geralmente envolve o uso dos poderes para obter benefícios pessoais, políticos ou privados, em vez de atender ao interesse coletivo.



ATRIBUTOS

Os atributos do ato administrativo são características essenciais que **definem a** natureza e os efeitos jurídicos desses atos.

Existem **quatro atributos principais** que são geralmente atribuídos aos atos administrativos:

Presunção de Legitimidade

Esse atributo estabelece que os atos administrativos são considerados válidos e legais até que se prove o contrário. Isso significa que, quando um ato é emitido por uma autoridade competente, ele é presumido como correto e em conformidade com a lei, e cabe àqueles que contestam sua validade demonstrar o contrário.

Autoexecutoriedade

Alguns atos administrativos possuem o atributo da autoexecutoriedade, o que significa que a administração pública pode executar diretamente as medidas neles estabelecidas, sem a necessidade de autorização judicial prévia. Isso é frequentemente visto em multas de trânsito, embargos administrativos, entre outros.

Tipicidade

Esse atributo refere-se ao fato de que os atos administrativos são regidos por regras e padrões estabelecidos na legislação ou regulamentação. Eles devem se enquadrar em categorias específicas e seguir critérios predefinidos para serem considerados válidos.

Imperatividade

A imperatividade se refere à força coercitiva dos atos administrativos. Eles têm o poder de impor obrigações, restrições ou determinações aos destinatários, que são legalmente obrigados a cumprir as disposições do ato.



Além desses quatro atributos principais, outros atributos menores também podem ser considerados, dependendo do contexto e das características do ato administrativo em questão. Esses atributos fornecem a base para a compreensão das características distintas e do impacto legal dos atos administrativos.



GESTÃO POR RESULTADOS III

INDICADORES DE GESTÃO

Os indicadores de desempenho, também chamados de indicadores de excelência, são formas quantificáveis de representação de características de produtos, serviços ou processos.



IMPORTÂNCIA DO CONTROLE E MEDIÇÃO

- O planejamento e controle estão interligados, e a medição do desempenho é fundamental para avaliar o sucesso na implementação dos planos.
- A capacidade de medir o desempenho permite comparar os resultados alcançados com os planejados.

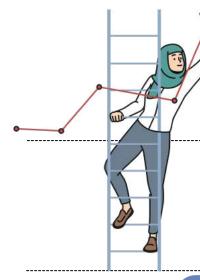
E qual a função dos indicadores?

- Visam acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo.
- Informam e mensuram o alcance de objetivos, proporcionando uma base para tomada de decisões.

COMPONENTES BÁSICOS DE UM INDICADOR (GESPÚBLICA)

- Medida: Grandeza qualitativa ou quantitativa que classifica as características, resultados e consequências dos produtos, processos ou sistemas.
- Fórmula: Padrão matemático que expressa a forma de realização do cálculo.
- Índice (Número): Valor do indicador em determinado momento.
- **Padrão de Comparação**: Índice arbitrário e aceitável para avaliação comparativa de padrão de cumprimento.
- **Meta**: Índice orientado por um indicador em relação a um padrão de comparação a ser alcançado durante certo período.

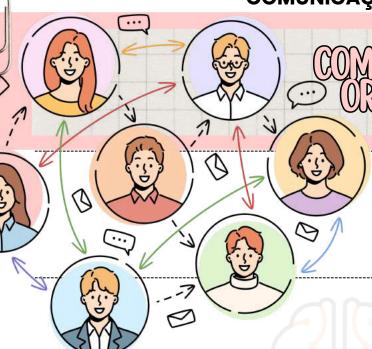
A utilização eficaz de indicadores de desempenho fornece às organizações uma base objetiva para avaliar progresso, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas para otimizar processos e alcançar metas estabelecidas. Esses indicadores são essenciais para a gestão eficiente e eficaz em diversos contextos organizacionais.







COMUNICAÇÃO I

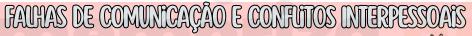


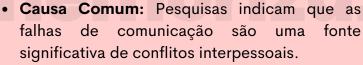
Comunicação vai além da simples transmissão de significados. Envolve habilidades humanas relacionadas ao envio e recebimento de informações, pensamentos, sentimentos e atitudes.

ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO

0

- Comunicação Formal: Ocorre de maneira oficial, seguindo os trâmites burocráticos e utilizando canais estabelecidos pelas autoridades superiores.
- Comunicação Informal: Acontece em paralelo à formal e envolve conversas não oficiais entre líderes, liderados e colegas. Pode ser uma fonte alternativa de comunicação, mas também pode incluir boatos e fofocas.





 Importância da Boa Comunicação: Uma boa comunicação é essencial para minimizar conflitos e aumentar a eficácia de uma organização ou grupo.



 Desafios e Oportunidades: A comunicação informal, por sua natureza, pode ser desafiadora, mas também oferece oportunidades valiosas para entender as dinâmicas organizacionais.

 Papel do Administrador: Cabe ao administrador conciliar a gestão da comunicação informal, reconhecendo sua importância e buscando minimizar riscos, como boatos prejudiciais.





DIREITO PROCESSUAL PENAL





APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL E SUAS MUDANÇAS

Ao contrário da lei penal no tempo, a lei processual deve ser aplicada imediatamente e com efeito imediato, conforme estabelece o artigo 2° do CPP.

É importante ressaltar que **os atos praticados durante a vigência da lei processual penal anterior permanecerão válidos** mesmo após a **entrada em vigor da nova lei processual**.

É importante lembrar que, como as normas penais processuais não criam crimes e penas, não há necessidade de esperar o prazo de vacância, já que, em geral, as mudanças processuais não afetam o direito material. Fique atento!

NORMA MISTA

Sempre que a lei tratar de questões de **direito material e processual, como na Lei Anticrime**, a **norma mais favorável ao acusado deve prevalecer.**

Retroage em benefício do acusado Aplica-se desde logo acusado Não invalida os atos já praticados Pode retroagir de forma benéfica É uma exceção no CPP	Lei Penal – material	Lei Processual Penal	Lei Mista – material e processual	
	benefício do	Aplica-se desde logo	Pode retroagir de forma benéfica	The second secon
			•	44 =





ENTENDENDO O PROCEDIMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

O procedimento do inquérito policial é regulamentado pelos artigos 4° ao 23 do CPP, e **tem início com a instauração do procedimento pela autoridade policial**, que pode ser um delegado de polícia ou outra autoridade com poderes de polícia judiciária. As fases do inquérito policial são as seguintes:



ORDENEARS OSIDÍRUL OUREMANEDRO

- A portaria é utilizada para instaurar o inquérito policial e deve descrever o fato investigado, indícios de autoria e materialidade, e as diligências a serem realizadas.
- A autoridade policial deve realizar diligências investigatórias, como coletar elementos de prova e interrogar suspeitos.
- O interrogatório do investigado deve **garantir o** direito ao contraditório e à ampla defesa.
- Os passos a serem seguidos após as diligências da autoridade policial incluem a elaboração de um relatório final, o envio deste relatório ao Ministério Público para avaliação e, se houver elementos suficientes, o oferecimento de denúncia diretamente ao Poder Judiciário.
- Caso contrário, o Ministério Público pode solicitar o arquivamento do inquérito policial.





SÚMULA N° 524 DO STF: SE UM INQUÉRITO POLICIAL FOR ARQUIVADO POR ORDEM DO JUIZ, A PEDIDO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA, NÃO É POSSÍVEL INICIAR UMA AÇÃO PENAL SEM NOVAS PROVAS.





ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis que regem o procedimento.

(PREVISTA NO CPP)

O Código de Processo Penal, em seu Artigo 10, estipula os prazos para a conclusão do inquérito.

- Se o indiciado estiver preso, o prazo é de 10 dias e é improrrogável.
- Caso esteja solto, o prazo é de 30 dias e pode ser prorrogado em situações onde o fato é difícil de ser elucidado e com a concessão do juiz.

				1 2	3	4 5	0	1
	1	2	3	4	5	16	7	1
0,	8	9	10	11	12	13	14	
D. (F.)	15	16	17	18	19	20	21	20
0	-	23	24 31	25	26	27	28	E
e	F	<u> </u>	21	1	1	I		
é							7	
0								
	\sim	2		700		-00	000	\sim

_

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral -CPP	10 dias	30 dias
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias



COMPREENDENDO OS TERMOS JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA NO PROCESSO PENAL

- No contexto jurídico, a jurisdição é a capacidade atribuída ao Estado para aplicar o direito, solucionar conflitos e promover a harmonia social. Na esfera penal, os órgãos do Poder Judiciário possuem a jurisdição para julgar litígios criminais.
- A competência, por sua vez, é a extensão desse poder concedido aos tribunais e juízes para julgar casos específicos. As normas processuais definem a competência, que pode variar de acordo com o tipo de delito, a área geográfica, o valor da causa e outros critérios.

JAKER OZZEDORR OKI AKDKĒTERMOD A ODKEDKETKE

A competência no processo penal é o conjunto de regras que determina **qual juiz ou tribunal é responsável por julgar casos criminais específicos.**

• Existem duas formas de **competência**, **absoluta e** relativa.

Em geral, a competência processual é imutável e deve ser exercida apenas pelo juiz adequado.

NO ENTANTO, HÁ SITUAÇÕES EM QUE ESSA COMPETÊNCIA PODE SER PRORROGADA.



Parabéns, você acaba de concluir nossa incrível amostra do guia de dicas ilustradas do Memoriza.aí.

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado o seu interesse e fornecido uma visão do que o **nosso guia completo tem a oferecer.**

Se você ficou impressionado com a qualidade e eficácia de nossas dicas e estratégias e deseja levar sua preparação para o concurso público a um nível superior, **não hesite em adquirir o guia completo.**

Este guia de resumos foi projetado para acelerar a sua aprovação, fornecendo uma revisão rápida e eficiente dos tópicos-chave.

Acelere seu aprendizado e acelere sua aprovação com nossos recursos.

